

JORNAL DE BRASIL

# Temas da Constituinte

14  
A importância dos problemas relativos à Constituinte não pode ser subestimada. Estamos vivendo um momento em que os temas econômicos e sociais dominam as discussões. Isto é natural, pois vivemos uma crise séria e torna-se indispensável que as forças sociais alcancem o entendimento sobre a distribuição dos sacrifícios entre os diferentes segmentos da sociedade. Entretanto, seria irresponsabilidade não trazer a primeiro plano os problemas centrais que serão discutidos na Constituinte e que definirão por largo período a forma de nossa sociedade.

E evidente que a nova Constituição refletirá o estado de desenvolvimento de nossas forças políticas, o estado de maturidade de nossa sociedade. Os constituintes, para isto, precisam adotar uma posição de distanciamento dos conflitos atuais, dos jogos de força em que estão envolvidos, têm de ter uma visão voltada para o futuro. Sem isto não elaboraremos uma Constituição durável, mas apenas mais uma Carta Magna destinada a sofrer mudanças num curto período.

Sobre a Constituição, o primeiro tema em debate é precisamente o de sua extensão. Deve ser curta e sintética ou, pelo contrário, como tendem as constituições modernas, regular mais em detalhe os problemas sociais e, em consequência ser longa e entrar nas minúcias.

Esta questão, que parece formal, não o é. A Constituição detalhada tende a refletir as relações de força entre os grupos sociais num determinado momento, mas são geralmente

modificadas quando a sociedade evolui. Num sentido oposto se poderia dizer que em nossa realidade jurídica é importante que se consagre na Carta Magna as promessas de reformas sociais da Nova República. Assim elas estariam ao abrigo de variações políticas conjunturais.

O problema da forma da Constituição não é sem conteúdo. Ele implica também em opções de conteúdo. Implica, principalmente, numa posição de distanciamento da realidade atual e elaboração de um projeto para o futuro ou na opção por retratar na Carta Magna o atual quadro de nossa sociedade.

Outro problema que seguramente será crucial é o da adoção do parlamentarismo ou do presidencialismo. Não se trata, aqui também, de um problema meramente formal. Embutido na discussão teórica que acompanha nossa vida política a décadas, está uma verdadeira disputa pelo poder. Existem diversas formas de parlamentarismo, mas não é menos claro que a escolha deste regime ainda para o atual mandato presidencial seria como cassar os poderes do atual presidente. A tendência a modificar a tradição republicana e voltar ao regime dominante no tempo do Império tem de ser discutida amplamente pela sociedade como um todo.

Eleitos os constituintes, a eles cabe a responsabilidade histórica de nos dar uma Lei Magna durável, embora a escolha dos nossos representantes tenha sido feita sem um debate consistente, ele deve ocorrer à medida que avancem os trabalhos da Constituinte.